

UNESPAR – Campus de Curitiba I (EMBAP)
Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMUS)
Seminário de Planejamento Quadrienal
Encontro 1 - 19/09/2025

Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2025-2029

Apresentação prof. André Egg

Apresentação sintética (p. 28)

“O PNPG 2025-2029 aqui apresentado aborda os principais desafios brasileiros desta primeira metade do século XXI. Dentre eles, destacamos:

o combate às assimetrias regionais,
a promoção da mobilidade intranacional,
a avaliação multidimensional da pós-graduação,

a importância das políticas de equidade e diversidade na pós-graduação,
a garantia de fomento ininterrupto e as relações com o setor produtivo
não acadêmico e com a sociedade,
o futuro dos egressos e dos que ingressam na pós-graduação,
a maior internacionalização e visibilidade global da ciência brasileira,
a pesquisa institucionalizada,
a inovação e a interação entre a pós-graduação e a educação básica,
que pretende qualificar ainda mais a formação inicial e continuada dos
profissionais envolvidos com esta importante etapa educacional.”

A construção do PNPG foi um processo coletivo

Envolveu a equipe da CAPES
comissões nomeadas por portarias em 2022, 2023 e 2024
Diálogo com a comunidade através das FAP

A existência do PNPG

Diz respeito à necessidade de planejamento estratégico e políticas nacionais, entendendo que a pós-graduação cumpre um papel estratégico para o desenvolvimento soberano de um país pelos seus impactos na ciência, na educação, na economia...

O documento faz um histórico dos PNPG anteriores

I PNPG 1975-1979

II PNPG 1982-1985

III PNPG 1986-1989

IV PNPG não foi lançado mas circularam versões preliminares da comissão de elaboração

V PNPG 2005-2010

VI PNPG 2011-2020

Antes do I PNPG a pós-graduação no Brasil era recente, feita de iniciativas isoladas de pesquisadores e universidades, sem coordenação e planejamento como política pública.

1951 criação da CAPES, em formato de Comissão, vinculada ao MEC;

1953 pagamento das primeiras bolsas;

1961 a CAPES passou à presidência;

em 1964 voltou ao MEC;

em 1965 o parecer 977 do CFE, emitido por Newton Sucupira, estabeleceu o padrão da pós-graduação no país conforme vigente até hoje

5 eixos do PNPG 2011-2020

- 1) expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, primazia da qualidade, quebra da endogenia e atenção à redução das assimetrias;
- 2) criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação;

- 3) aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I;
- 4) multi/interdisciplinaridade;
- 5) apoio à educação básica.

Sobre a avaliação da pós-graduação

Começou em 1976

VI PNPG gerou impacto na atuação da CAPES e levou à completa reformulação da avaliação, conforme modelo multi-dimensional proposto pela Comissão de Acompanhamento.

Esse novo modelo já foi aplicado parcialmente no quadriênio 2021-2024, mas mudanças maiores foram bloqueadas por determinação do Ministério Público

8 temas escolhidos para a elaboração do PNPG 2025-2029

- Equidade e diversidade na pós-graduação;
- Assimetria regional e mobilidade intranacional;
- Avaliação da pós-graduação stricto sensu;
- Fomento e relações com a sociedade, incluindo o setor produtivo não acadêmico;
- Futuro dos egressos e ingressantes;
- Internacionalização e visibilidade global;
- Pesquisa institucionalizada, extensão e inovação;
- Pós-graduação e educação básica

Cada um dos temas

Resultou em um GT com uma coordenação, que realizou o trabalho de debates, discussão e formulação

Cada um dos temas virou um capítulo do PNPG

Organizado com as seguintes partes:

I. Questões conceituais

II. Diagnóstico

III. Recomendação

Considerando as transformações no mundo do conhecimento e as diferenças entre o que os pós-graduados encontrarão na sua atuação profissional e os modelos que vieram baseando o funcionamento do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) nos últimos 50 anos...

O PNPG 2025-29 foi construído a partir de uma nova premissa:

“É muito importante recolocar o pós-graduando no centro dos programas e cursos de pós-graduação, e não o considerar apenas como força de trabalho, a “mão extra” do orientador. Deve-se entendê-lo como a razão de ser e como o real ator do SNPG, sem desvalorizar os demais produtos acadêmicos. Concordemos ou não, os egressos do SNPG a partir de 2030 viverão em ambientes altamente competitivos, nacional e internacionalmente. Para tanto, deverão contar com uma matriz formadora capaz de estimular a agilidade e perspicácia intelectuais para compreender e responder adequadamente às rápidas mudanças dos novos tempos.” (p. 40-41)

“É necessário, portanto, que os pós-graduandos tenham conhecimento profundo, não apenas de suas áreas de atuação, mas, principalmente, das diversas possibilidades de aplicação e desdobramento desse conhecimento, dentro e fora das Instituições de Ensino Superior (IESs) ou dos Institutos de Pesquisa. Os ambientes de formação dos futuros egressos devem estimular a criatividade e proporcionar-lhes habilidades e capacidades para lidar com transformações inovadoras da sociedade contemporânea.” (p. 41)

O PNPG também faz recomendações básicas aos Programas de Pós-Graduação:

- estrutura organizada pela ótica disciplinar está obsoleta
- considerar convergência da ciência e da tecnologia enfatizando questões complexas, e não disciplinas
- nova abordagem privilegiando: trabalho em equipe, redes e consórcios, criação de ecossistemas de inovação com visibilidade internacional

E faz recomendações aos Professores orientadores:

“deverão se aperfeiçoar na compreensão dos grandes temas nacionais, de modo a atingir o contorno social tão demandado pela sociedade” (p. 41)

Considerar o desinteresse dos jovens pelo ensino superior e pela pós-graduação, e formar mestres e doutores capacitados *“na busca de empregos e outros modelos de empreendedorismo, além do ambiente acadêmico” (p. 42)*

O PNPG tem um capítulo “Panorama do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (p. 52-94)

Este capítulo reúne dados, apresenta tabelas e gráficos.

Permite conhecer a distribuição de Programas, docentes, discentes, estrangeiros

Permite perceber diferenças e desigualdades por área do conhecimento e distribuição geográfica

Organiza informações por tipo de instituição (Federal, Estadual, Privada)

Também tem recortes de gênero

Uma síntese de cada um dos 8 capítulos
temáticos

1 – Equidade e diversidade na pós-graduação

Questões conceituais

p. 97-98 lista os tipos de pessoas foco de políticas de inclusão e diversidade

Para essas pessoas precisa haver políticas afirmativas para ingresso, permanência e integração

Diagnóstico

O Sistema de Pós-Graduação não estimula a inclusão de pessoas diversas

p. 100-103 faz o mapeamento da legislação existente sobre inclusão

p. 104 destaca alguns dos ODS da ONU

[só falta aplicar!]

p. 105 a 110 discute os dados de diversidade e sua pouca visibilidade e confiabilidade

A falta de dados da plataforma Sucupira impossibilita a adoção de políticas

Dados de pesquisas e estudos identificados pelo GT

Um estudo com dados de 2018 indicou que somente 26% dos PPG possuíam algum tipo de ação afirmativa

Os Programa com nota 7 são os que têm menos ações afirmativas
[claramente falta *fair play*]

Estudo nos PPG da UFPR indicou baixa representatividade de pessoas negras

Recomendações

p. 117-120 tabelas com 6 diretrizes, cada uma com objetivos e recomendações

1. comunicar e acompanhar pessoas de inclusão
2. reservar cotas para o ingresso
3. criar ações de acolhimento e permanência
4. incentivar diversidade do corpo docente
5. monitorar egressos de ações afirmativas
6. implantar políticas contra assédio e discriminação

2 – Assimetria regional e mobilidade intranacional

Questões conceituais

Assimetrias regionais têm razões multifatoriais decorrentes de questões históricas, sociais, culturais e ambientais

Diferenças regionais em: número de Programas; recursos financeiros; capacidade de fixação de recursos humanos; notas dos Programas

Desafio da interiorização – concentração da pós-graduação no litoral e/ou nas capitais

Avaliação quadrienal não considera as diferenças regionais

A tese é que assimetrias podem ser minimizadas com mobilidade intra regional e solidariedade acadêmica (cooperação entre Programas)

Diagnóstico

Organizado em forma de 4 desafios:

1. distribuição regional da pós-graduação é desigual e não atende a demandas e vocações locais
2. distribuição de recursos não corrige assimetrias em velocidade suficiente
3. concentração de PPG com notas elevadas
4. pouca mobilidade regional de pós-graduandos

Recomendações

p. 133-134 tabelas com 4 diretrizes com objetivos e recomendações (numeração continua em sequência do capítulo anterior)

7. induzir financiamento para redução de assimetrias
8. incentivar solidariedade acadêmica entre PPG
9. políticas de inclusão que considerem diversidade regional
10. promover mobilidade internacional e intranacional

3 – Avaliação da Pós-Graduação Stricto Sensu

Questões conceituais

Sistema Nacional de Avaliação implantado em 1980 com objetivo de ranqueamento para distribuição de bolsas

A avaliação contribuiu para melhoria contínua e permitiu que o Brasil implantasse um sistema sólido em poucas décadas

Comissão especial apresentou em 2020 proposta de novo sistema de avaliação que tenha maior flexibilidade e permita novos avanços nas próximas décadas

Objetivos da avaliação

Qualidade da formação

Pós-graduação precisa “devolver” para a sociedade

Divulgar a qualidade da pós-graduação

Princípios da avaliação

A avaliação é comparativa entre PPG da mesma área de avaliação

A avaliação é feita por representantes das áreas do conhecimento, e coordenada pela CAPES

Diagnóstico

Organizado em forma de 3 desafios:

1. demanda por novos modelos avaliativos capazes de dar conta da complexidade do Sistema de Pós-Graduação (quantidade excessiva de dados; áreas de avaliação muito compartimentadas; diversidade entre as áreas)
2. foco na formação (diminuir foco no produto; aumentar ênfase no planejamento e autoavaliação)
3. reduzir assimetrias e aumentar a diversidade (superar nota única e uniformização e fomentar políticas afirmativas)

Recomendações

São apresentados primeiro os princípios gerais para a avaliação

Depois são propostos critérios

Por último é apresentada a tabela, com 3 diretrizes

Princípios gerais para a avaliação

Ética

Liberdade acadêmica

Autonomia das IES

Respeito à identidade e missão dos PPG

Focar na qualidade da formação e no impacto

Privilegiar julgamento qualitativo

Princípios gerais para a avaliação

Respeitar especificidades dos campos do conhecimento

Valorizar diversidade social

Respeitar anterioridade e transparência

Promover a convergência entre áreas do conhecimento

Valorizar a colaboração entre instituições

Ter plano de governança de dados simples, claro e transparente

Critérios da avaliação

Foco no egresso e em sua aquisição de capacidades e habilidades

Não deixar o fomento amarrado à avaliação

Não ficar preso a instrumentos de classificação da produção (Qualis)

Abandonar a ficha única para todas as áreas

Considerar assimetrias regionais

Respeitar a identidade dos Programas, priorizar a qualidade e procurar fundir as modalidades acadêmica e profissional

Diretrizes

11. Enfatizar a qualidade global da formação
12. Contribuir para a redução de assimetrias regionais, para a inclusão da diversidade e para a garantia de democracia interna e da saúde das pessoas envolvidas
13. fornecer um relato amplo que subsidie a elaboração de políticas públicas

4 – Fomento e relação com a sociedade, incluindo o setor produtivo não acadêmico

Questões conceituais

Sistema de pós-graduação surgiu como forma de desenvolver conhecimento e tecnologias para embasar a indústria e o desenvolvimento do país

A pós-graduação também se tornou fundamental para resolver desafios sociais, em áreas como saúde, meio ambiente e desenvolvimento social
É necessário maior esforço para disseminação científica e envolvimento da população na pesquisa e inovação

Diagnóstico

Organizado em forma de 5 desafios:

1. dificuldade de buscar soluções para problemas reais da sociedade
2. melhor definição de uma agenda nacional de PD&I [neste quesito Paraná está mais avançado, com com Rota 2040 e vocações regionais]
3. melhorar aplicação da legislação de CT&I, diminuir entraves burocráticos, simplificar procedimentos e aumentar a cooperação
4. assegurar financiamento estável [neste trecho foi feito um longo histórico com muitos dados e gráficos]
5. superar altos custos da divulgação científica e ampliar a divulgação e o acesso à produção intelectual

Recomendações

Apresentadas 5 diretrizes:

14. Articular uma agenda nacional de PD&I
15. Garantir estabilidade e previsibilidade do financiamento
16. Consolidar o aparato legal
17. Promover parcerias com o setor produtivo para inserção de pesquisadores
18. Reduzir custos e aumentar acessibilidade da comunicação científica

5 – Futuro dos egressos e ingressantes

Questões conceituais

Aumento contínuo (até 2019) do número de Programas, matriculados e egressos, sem correspondência na empregabilidade

Formação muito focada na notoriedade científica

Isolamento da universidade “intra muros”

Crise no número de ingressantes a partir de 2020

Possibilidades de atuação de egressos

Indústria

Órgãos Públicos

ONG

Empreendedorismo

Comunicação Científica

Consultoria

Direitos e patentes

Bolsas de pesquisa

Startups

Diagnóstico

Apresenta 6 desafios:

1. crescimento numérico do SNPG com muitas assimetrias
2. tamanho das áreas do conhecimento não reflete demanda da sociedade (predominância de Humanas, Interdisciplinar e Sociais Aplicadas; carência de Biológicas, Agrárias, Exatas e da terra e Engenharias; **Indústrias criativas é setor invisível**)

- 3. formação não prioriza capacidades e habilidades necessárias para o mercado profissional em uma sociedade dinâmica (direcionamento muito focado para o setor educacional)
- 4. expansão numérica de matriculados desvinculada de empregabilidade
- 5. pós-graduação não exerce papel de transformação social e econômica
- 6. setor privado não absorve pós-graduados [esse é um grande gargalo que acho que recebe pouca atenção – empresariado concentrado no modelo “capitão de indústria”, extrativista predador]

Recomendações

Apresenta 2 diretrizes:

19. Perfil de egressos precisa ser mais dinâmico e flexível – deve-se direcionar a formação para a empregabilidade e o atendimento de demandas sociais

20. Induzir diálogo da pós-graduação com o ecossistema local e as demandas sociais

6 – Internacionalização e visibilidade global

Questões conceituais

Internacionalização foi indutora inicial de crescimento e qualificação do SNPG com o envio de pós-graduandos e professores, principalmente para Europa e América do Norte

Internacionalização ainda é desproporcionalmente focada na saída de brasileiros, em relação ao ingresso de estrangeiros

Objetivos propostos

1. Estimular a participação na produção do conhecimento global
2. Contribuir para a expansão das fronteiras geográficas do conhecimento e da ciência
3. Contribuição científica entre países para enfrentar desafios comuns (“diplomacia científica”)
4. Ampliar cooperação internacional
5. Inserir docentes e pós-graduandos na comunidade científica internacional

Conjunto de ações coordenadas

1. Pesquisa e extensão em cooperação internacional
2. Inserção internacional da produção acadêmica
3. Mobilidade de docentes
4. Mobilidade de pós-graduandos
5. Realização de eventos acadêmicos internacionais
6. Formação conjunta
7. Financiamento conjunto

Diagnóstico

Aponta 7 desafios:

1. Melhorar a avaliação qualitativa da internacionalização praticada hoje e evitar o caráter individual da internacionalização
2. Aumentar o financiamento – bolsas para mobilidade de pós-graduandos, docentes, pesquisadores e técnicos
3. Internacionalização para reduzir assimetrias e incentivar inclusão e diversidade

- 
4. Reverter a queda nas publicações em coautoria internacional
 5. Evitar internacionalização somente por tecnologias digitais, tendência após a pandemia
 6. Melhorar a gestão da internacionalização, que está caótica (regras, impostos, burocracia, falta de financiamento, tudo joga contra)
 7. Internacionalização muito limitada à Europa e Estados Unidos, precisa desenvolver novos canais de cooperação

Recomendações

Aponta 1 diretriz:

21. Internacionalização deve ser orientada por soberania nacional, objetivos do desenvolvimento sustentável e estratégias nacionais

7 – Pesquisa Institucionalizada, extensão e inovação

Questões conceituais

Necessidade de formar um ecossistema de inovação que envolva a pós-graduação em articulação com a Educação Básica, formação de quadros para a sociedade, inserção de egressos no setor produtivo não acadêmico e desenvolvimento da pesquisa na iniciativa privada.

É contraditório que nas décadas em que o Brasil ampliou muito o sistema de pós-graduação a iniciativa privada não teve melhorias nos indicadores tecnológicos e de inovação, o que revela falta de transferência do conhecimento para a sociedade.

Diagnóstico

Aponta 6 desafios:

1. Reduzir concentração de produção científica e tecnológica nas universidades públicas
2. Continuar avançando na cooperação com setor produtivo não acadêmico
3. Superar baixo índice de inovação nas empresas

- 
4. pós-graduação precisa aumentar difusão de inovação
 5. Direcionar a produção científica para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país
 6. Aumentar articulação entre pós-graduação e extensão

Recomendações

Aponta 1 diretriz:

22. Institucionalizar a pesquisa com desenvolvimento de inovação articulada com setores econômicos não acadêmicos e prática de extensão

8 – Pós-Graduação e Educação Básica

Questões conceituais

É estratégico que o sistema de pós-graduação, que se desenvolveu tanto no país, contribua para a melhoria da Educação Básica, que está muito estagnada nas décadas recentes.

Diagnóstico

Aponta 5 desafios:

1. Educação brasileira tem muitas desigualdades de acesso, permanência, qualidade e êxito
2. Qualidade desigual demanda padronização e estabelecimento do Sistema Nacional de Educação
3. Avaliar e reforçar a contribuição da pós-graduação para a Educação Básica (a pesquisa voltada para a educação básica está quase exclusivamente concentrada nas áreas de Educação e Ensino)

4. Precarização e desprofissionalização da docência na Educação Básica

5. Consolidar os programas da CAPES, especialmente os Programas Profissionais para Professores da Educação Básica

Recomendações

Aponta 1 diretriz:

23. Promover a qualidade da Educação Básica através de políticas de Estado, valorização dos profissionais da educação, melhor formação, democratização do acesso aos programas de pós-graduação